

Camino Education Corp. Brazil S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Camino Education Corp. Brazil S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Camino Education Corp. Brazil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Camino Education Corp. Brazil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Continuidade operacional

Veja Notas Explicativas nº 1.1 e 5.a

Principal assunto de auditoria	Como o assunto foi endereçado na auditoria
<p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, fluxo de caixa operacional negativo e prejuízo líquido no exercício.</p> <p>Com o objetivo de avaliar o pressuposto de continuidade operacional quando da preparação das demonstrações financeiras, a Companhia elaborou análises de projeções do resultado e fluxos de caixa, tais como a projeção da receita com base na taxa de inflação, captação de novos clientes e redução da taxa de inadimplência. Como resultado, a Companhia concluiu que não existe incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e que tem uma expectativa razoável de que terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.</p> <p>Devido a relevância e julgamento envolvidos na determinação das premissas base dessa avaliação, especificamente relacionadas às projeções de resultado e fluxo de caixa e do impacto que qualquer mudança significativa nessas premissas poderia ter na avaliação do pressuposto de continuidade operacional e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– obtenção e análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional e da avaliação das projeções de resultado e de fluxo de caixa preparado pela Companhia;– avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas pela Companhia para a projeção dos resultados e fluxos de caixa, comparando-as com os dados econômicos de mercado e desempenho histórico da Companhia;– avaliação dos atos societários para aporte de capital e leitura dos termos contratuais de empréstimos, considerando potencial violação relevante, os quais suportam os planos da Companhia para ações futuras em relação à análise de continuidade operacional; e– avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o julgamento da Companhia de que não existe incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de setembro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Bruno Cesar Vieira da Silva
Contador CRC SP270337/O-1

Camino Education Corp. Brazil S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.685	674	Fornecedores	14	4.089	10.030
Título de valores mobiliários	8	3.010	40.045	Empréstimos e debêntures	15	11.769	1.612
Contas a receber de clientes	9	905	506	Obrigações sociais e trabalhistas	16	3.362	10.685
Impostos a recuperar		782	745	Obrigações tributárias		368	356
Adiantamentos	10	2.664	2.953	Acordos a pagar	17	414	38
Outros créditos		421	420	Adiantamento de clientes		2.537	1.287
				Instrumentos financeiros derivativos	27	1.973	-
				Passivo de arrendamento	12b.	1.321	911
Total do ativo circulante		16.468	45.341	Total do passivo circulante		25.833	24.919
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e debêntures	15	4.813	6.417
Tributos diferidos		-	68	Acordos a pagar	17	1.035	107
		4.582		Passivo de arrendamento	12b.	10.721	6.291
Imobilizado	11	33.100	28.518	Total do passivo não circulante		16.569	12.815
Direito de uso	12a.	10.361	6.521	Patrimônio líquido			
Intangível	13	19.030	17.854	Capital social	20	160.458	95.162
		62.492	52.893	Reserva de capital		76.293	76.293
Total do ativo não circulante		62.492	52.961	Prejuízos acumulados		(200.194)	(110.887)
Total do ativo		78.959	98.302	Total do patrimônio líquido		36.557	60.568
				Total do passivo e patrimônio líquido		78.959	98.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Camino Education Corp. Brazil S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	21	36.191	13.439
Custo com serviços prestados	22	(44.173)	(19.050)
Prejuízo bruto		<u>(7.982)</u>	<u>(5.611)</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Despesa administrativas	23	(14.667)	(22.199)
Despesa comerciais	24	(50.257)	(52.784)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	9	(9.058)	(1.262)
Perda por valor recuperável dos ativos imobilizados	11	(1.062)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(73)	70
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(83.099)</u>	<u>(81.786)</u>
Receitas financeiras	25	754	2.529
Despesas financeiras	25	(6.962)	(1.194)
Resultado financeiro		<u>(6.208)</u>	<u>1.335</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u><u>(89.307)</u></u>	<u><u>(80.451)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Camino Education Corp. Brazil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(89.307)	(80.451)
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(89.307)</u>	<u>(80.451)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Camino Education Corp. Brazil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	<u>Reserva de capital</u> Reserva de capital	Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		42.232	76.293	(30.436)	88.089
Aumento de Capital conforme AGE realizada em 30/09/2021		52.930	-	-	52.930
Prejuízo do exercício		-	-	(80.451)	(80.451)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		95.162	76.293	(110.887)	60.568
Aumento de Capital conforme AGE realizada em 28/03/2022	20a.	1.422	-	-	1.422
Aumento de Capital conforme AGE realizada em 11/05/2022	20a.	12.627	-	-	12.627
Aumento de Capital conforme AGE realizada em 08/07/2022	20a.	10.839	-	-	10.839
Aumento de Capital conforme AGE realizada em 15/08/2022	20a.	14.060	-	-	14.060
Aumento de Capital conforme AGE realizada em 17/10/2022	20a.	26.348	-	-	26.348
Prejuízo do exercício		-	-	(89.307)	(89.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		160.458	76.293	(200.194)	36.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Camino Education Corp. Brazil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(89.307)	(80.451)
Ajustes por:		
Rendimento financeiro de títulos e valores mobiliários	(411)	(2.322)
Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) do ativo imobilizado	1.062	-
Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	9.058	1.262
Provisão para perda esperada na realização da receita (CLOE)	2.942	-
Juros sobre passivos de arrendamento	899	633
Juros incorridos sobre empréstimos	1.602	8
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.973	-
Depreciação e amortização	14.850	5.274
Depreciação - direito de uso	2.328	828
Custo residual da baixa de ativo imobilizado e intangível	1.000	35
Prejuízo ajustado	(54.003)	(74.732)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução das contas de ativo		
Contas a receber de clientes	(12.400)	(1.738)
Impostos a recuperar	31	(502)
Adiantamentos	289	(1.653)
Outros créditos	(1)	42
	(12.082)	(3.851)
Aumento (redução) das contas do passivo		
Fornecedores	(1.036)	3.704
Obrigações sociais e trabalhistas	(7.323)	8.370
Obrigações tributárias	11	201
Acordos judiciais a pagar	1.304	(171)
Adiantamento de clientes	1.249	889
	(5.795)	12.993
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(71.880)	(65.590)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Perda na alienação de ativo imobilizado	(23)	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(3.010)	(98.100)
Resgate de títulos e valores mobiliários	40.455	136.858
Adições do imobilizado e intangível	(27.551)	(34.040)
	9.871	4.718
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento dos passivos de arrendamentos (principal e juros)	(2.227)	(1.384)
Captação de empréstimos	10.000	-
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	(12.549)	8.021
Captação de debêntures	9.500	-
Aumento de capital	65.296	52.930
Reservas de capital	-	-
	70.020	59.567
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	8.011	(1.306)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	674	1.980
No fim do exercício	8.685	674
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	8.011	(1.306)
Transações que não caixa afetaram o caixa:		
Adição de imobilizado e intangível	573	5.478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Camino Education Corp. Brazil S.A. (“Companhia” ou “Camino Education”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, Brasil.

A Companhia tem como objeto social (i) holdings de instituições não financeiras; (ii) edição de livros eletrônicos edição de livros na internet; (iii) apoio educação, inclusive para desenvolvimento de sistemas de ensino digital; (iv) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; (v) educação infantil (pré-escola); (vi) ensino fundamental; (vii) ensino médio; (viii) portais, provedores de conteúdo outros serviços de informação na internet; (ix) ensino de música (x) treinamento em informática; (xi) ensino de esportes; (xii) ensino de dança; (xiii) ensino de artes cênicas; (xiv) ensino de arte cultura não especificado anteriormente; (xv) ensino de idiomas; (xvi) outras atividades de ensino não especificadas anteriormente; (xvii) aluguel de máquinas equipamentos para escritórios.

A Camino Education atua a partir de duas unidades principais: (i) a **CLOE**, que compreende uma plataforma de aprendizagem ativa digital e com modelo de distribuição que inclui o licenciamento *B2B* para escolas de todo o território brasileiro (“CLOE” ou “**Plataforma CLOE**”); e (ii) a **Camino School**, que compreende um centro físico de inovação, desenvolvimento e aplicação de práticas de aprendizagem ativa, e uma escola própria, sediada em São Paulo, e que entrou em operação em fevereiro de 2020.

A Camino Education foi idealizada e constituída por uma equipe com ampla experiência em diferentes segmentos do setor educacional, com o intuito de promover uma mudança estrutural e disruptiva no formato pedagógico tradicional das escolas de ensino básico, promovendo a oferta de conteúdos didáticos baseados em aprendizagem ativa que atendam a todas as exigências e recomendações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Em seus primeiros anos de existência, a Camino investiu fortemente na ampliação do seu portfólio de produtos e conteúdos educacionais disponibilizados através da CLOE, bem como no crescimento acelerado de sua base de clientes por todo o país. Já a Camino School focou na expansão física de suas instalações, a fim de comportar todos os segmentos da educação básica - Infantil, Fundamental I, Fundamental II e Médio.

A despeito do crescimento expressivo tanto em número de alunos da plataforma CLOE quanto da Camino School, o ano de 2022 se mostrou bastante desafiador, por todo aspecto macroeconômico mundial, que significou uma nova realidade em relação a captação de recursos e continuidade da tese de crescimento acelerado.

1.1 Plano da Administração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir todas suas obrigações.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 9.365 (positivo de R\$ 20.422 em 2021), reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 89.307 (R\$ 80.451 em 2021) e fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 71.880 (R\$ 65.590 em 2021).

Durante o exercício de 2022, a Administração da Companhia precisou rever a estratégia de crescimento.

Mesmo sabendo que em virtude de sua constituição recente e preparação para estágios de crescimento acelerado, a Administração tinha a expectativa que sua operação permaneceria deficitária ao longo dos próximos exercícios, durante o período de expansão e consolidação da Companhia, principalmente em virtude do alto investimento nos desenvolvimentos de conteúdos e melhorias na CLOE e, também na estruturação do seu time comercial. Por essa razão, a Companhia era dependente de aportes e precisava conduzir a captação de novos recursos junto aos atuais e novos acionistas e fontes externas, incluindo instituições financeiras, buscando a continuidade operacional da Companhia, bem como o aporte de capital necessário para a expansão das operações conforme planejamento estratégico de longo prazo adotado e executado pela Administração.

No decorrer do exercício de 2022, houve o interesse de grandes investidores em ser acionista da Companhia, porém por questões macroeconômicas ou societárias não foi possível concretizar uma nova rodada com novos investidores.

Assim, com o objetivo de rever a estratégia de crescimento acelerado da Companhia, a Administração trassou plano para enfrentar esse novo cenário a partir de meados de 2022, o qual incluiu:

- i) Aumento na eficiência da nossa operação, por meio da redução da estrutura, quantidade relevante de colaboradores, estratégias comerciais de crescimento e revisão dos investimentos de novas funcionalidades da plataforma CLOE, preservando-se o caixa da Companhia;
- ii) Novas rodadas de captação com os atuais investidores da Companhia, totalizando R\$ 65.296 em 2022 e uma de R\$ 24.117 em 2023 (nota 29);
- iii) Acesso a empréstimos e debêntures com terceiros e com parte relacionada, a fim de reduzir nossa dependência de novas injeções de capital via aporte de capital. Desde então, a Companhia captou os seguintes empréstimos e debêntures com carência inicial e termos alinhados às condições de mercado: 1) debênture privada no montante de R\$ 9.500 com Milênio Warehouse Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, (em 23 de setembro de 2022); uma linha de *venture debt* no montante de R\$ 7.500 com a Naia Zetta Venture Debt Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (em 9 de março de 2023 – nota 29); 2) empréstimos de capital de giro com o Banco Itaú no montante de R\$ 5.000 (fevereiro e maio de 2023 – nota 29); e 3) empréstimo com parte relacionada Associação Camino Education Institute de R\$ 5.800 (em 2023 – nota 29), o qual também obteve estes recursos por meio de empréstimos com instituições financeiras.

Além disso, os planos da administração para os anos seguintes permanece voltado ao aumento de nossa eficiência e sustentabilidade, e é menos ousado em termos de crescimento de receita do que o plano original, até que as condições estejam adequadas para nova rodada de captação visando expansão dos negócios. Como parte desse plano, a Administração possui ações em diversas frentes, tais como:

- i) Em termos operacionais, uma série de medidas voltadas para a redução da evasão e da inadimplência referentes à nossa plataforma CLOE foram tomadas, o qual nas projeções da administração considera uma melhora gradual nos índices de inadimplência ao longo dos próximos anos, tais como:
 - a. Com relação à inadimplência, foi firmando contrato com distribuidores pelos quais eles adquirem o material didático (e plataforma CLOE) da Companhia e os revendem às famílias dos alunos das escolas que contrataram a CLOE. Ao vender CLOE para os pais através de plataformas de e-commerce, os distribuidores oferecem exclusivamente Pix e cartão de crédito como formas de pagamento, reduzindo drasticamente a inadimplência da operação, vis a vis o modelo de cobrança via boleto para as escolas;
 - b. Foi estabelecido novas políticas mais restritivas de cobrança aos clientes inadimplentes da plataforma CLOE, bem como uma avaliação da base de clientes com o objetivo de qualificá-los melhor e, em alguns casos, rescindir os contratos; e
 - c. Em relação a evasão de clientes, o foco da Administração é a oferta cada vez mais no produto core, CLOE Integral (e/ou Bilíngue), preferencialmente com *device* da parceira existente com a Positivo Tecnologia, e com compromisso da escola de sermos único material didático nos segmentos contratados. Isso torna nosso produto crítico dentro das escolas e reduz o risco de evasão, pelo maior custo de transição.
- ii) Na Camino School, a partir de 2023, a Camino School passou a ofertar o Ensino Médio, o que reduz o risco de evasão de alunos, além de ser um incremento importante na receita da Companhia, acima dos indicadores de inflação para os próximos anos.
- iii) Em junho de 2023, a Companhia possui aproximadamente 410 escolas ativas na base CLOE, e 430 alunos matriculados na Camino School (313 pagantes e 117 bolsistas). A estratégia e projeções de resultado e fluxos de caixa da Companhia para os próximos anos também inclui, além dos indicadores de inflação, a identificação de novos produtos e receita a ser ofertados aos clientes existentes e conquista de novos clientes, ambos condicionados à disponibilidade de caixa para investimento em ações de vendas e marketing.

A administração reconhece que existe um certo grau de incerteza sobre a capacidade da Companhia para cumprir com as suas obrigações. No entanto, conforme descrito acima, a administração não possui uma incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e tem expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 19 de setembro de 2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 13 – Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento; e classificação de arrendamento mercantil.

Nota explicativa nº 20 – Plano de alocação de ações (Restricted Stock Units) da empresa Controladora (Camino Education Ltd)

Nota explicativa nº 1.1 - Continuidade operacional: se existem incertezas relevantes que podem levantar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar operando. Além do julgamento na determinação das premissas utilizadas pela Companhia nas projeções do resultado e fluxos de caixa, tais como projeção da receita com base na taxa de inflação, novos clientes e redução da inadimplência.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 6.d(ii), 6.e(iii) e 6.k – Revisão da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis e teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados.

Nota explicativa nº 9 - Determinação da mensuração de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

Nota Explicativa nº 17 - Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Nota Explicativa nº 27 - Premissas utilizadas para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

6 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

b. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários são reconhecidos pelo valor justo. Os títulos são investimentos efetuados pela Companhia sem o objetivo de mantê-los a longo prazo, mas, sim, para utilização no curso de suas operações.

c. Contas a receber

As contas a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidas da perda por redução ao valor recuperável do contas a receber. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em conformidade com sua política e avaliações internas que considera também as perdas históricas, com base na análise de perda esperada.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Quaisquer ganho ou perda na alienação de um ativo são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

A depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros é reconhecida pela Companhia com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel, incluindo sua prorrogação, nos casos em que este direito seja garantido contratualmente, ou com base na vida útil dos bens, dos dois o menor.

As vidas úteis médias estimadas são as seguintes, por quantidade de anos:

	Anos
Computadores e Periféricos	5
Bens em poder de terceiros - Computadores e periféricos (*)	5
Equipamentos de Comunicação	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Bens em poder de terceiros – Móveis	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(*) A determinação da depreciação em bens em poder de terceiros considera a durabilidade dos computadores e periféricos que foram fabricados para utilização dos alunos que utilizam a plataforma CLOE, bem como considera fatores os prazos contratuais acordados com os clientes de utilização da plataforma.

e. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo histórico de aquisição. Quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável são submetidas a teste para análise de perda no seu valor recuperável (*impairment*).

A Companhia desenvolve internamente seu conteúdo educacional e os demais softwares e elementos tecnológicos da CLOE. Os gastos relacionados ao desenvolvimento de conteúdo e de software que compreendem respectivamente gastos relacionados ao desenvolvimento da CLOE e gastos com autores e desenvolvimento de propriedade intelectual são formados pelos salários das equipes de desenvolvimento interna e externa e respectivos benefícios. Demais gastos que não os relacionados anteriormente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os ativos intangíveis da Camino consolidam os custos de desenvolvimento incorridos na fase de desenvolvimento.

Em 2020, iniciou-se a prestação de serviços a partir de contratos comerciais com Parceiras da CLOE e amortização dos gastos incorridos. A Companhia contratou empresa especializada em avaliação de vida útil, que avaliou a vida útil da CLOE em 3 anos. Até o presente momento a Administração não constatou indicativos de que a vida útil de 3 anos estivesse sujeita a alterações e entende que este prazo ainda é razoável.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento.

Um contrato é, ou contém, um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento. A Companhia contabiliza os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução do valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

h. Mensalidades recebidas antecipadamente

Como prática do negócio da Camino Education, e seu mercado de atuação, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao final do exercício social em curso. Conseqüentemente, são reconhecidas como mensalidade recebida antecipadamente, no passivo circulante, aquelas mensalidades de períodos subsequentes que são recebidas antecipadamente pela Companhia no exercício social em curso, sendo que serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são constituídas sempre que a perda for avaliada com provável e considerando a avaliação da Administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais.

j. Passivos, circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

k. Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído um ajuste do ativo para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Companhia avalia os ativos do imobilizado quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

l. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. No ano de 2022 a Companhia apurou e reconheceu no resultado provisão para perda ao valor recuperável dos ativos (Chromebooks), considerando o resultado das vendas desses equipamentos realizadas em 2023, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

(ii) Ativos não financeiros

Um ativo não financeiro é mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Companhia identificou e reconheceu provisão para perda ao valor recuperável de seus ativos imobilizados (Chromebooks), conforme notas explicativas nº 6.k e nº 11.

m. Instrumentos financeiros

(iii) Reconhecimento e mensuração inicial

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(iv) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Camino mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Entidade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros créditos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar.

(v) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é retirada ou cancelada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

(vi) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vii) **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

n. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

o. Benefícios a funcionários

(i) **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

(ii) Plano de pagamento baseado em Restrict Stock Units (RSU)

A controladora da Companhia, Camino Education Ltd. ("Controladora"), oferece plano de participação com base em ações restritas (Restricted Stock Units) de emissão da Controladora a indivíduos com quem a Controladora e/ou a Companhia mantém relação profissional, segundo o qual, mediante a ocorrência de um evento de liquidez mencionado nos respectivos contratos e dos demais termos e condições ali previstos, tais como a abertura de capital e/ou alienação de controle da Controladora. O plano não tem impactos contábeis a serem reconhecidos neste momento, uma vez que estes cenários ainda não são considerados prováveis pela Companhia.

Vale ainda ressaltar que até o momento não ocorreu nenhuma distribuição de ações da Companhia em função desse programa, bem como não existe nenhum evento de liquidez esperado, pensado ou programado num horizonte de tempo previsível. No caso daqueles que participaram do programa e deixaram a Companhia durante o exercício de 2022, mantiveram seus direitos a RSUs proporcional ao período que permaneceram, conforme previsto em seus respectivos acordos. Ainda assim, nenhum deles recebeu ação, papel ou parte da Companhia, o que somente ocorrerá quando houver algum dos eventos de liquidez citados.

p. Receita de prestação de serviços

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Veja nota explicativa nº 21 destacando a prática contábil para cada modalidade de receita.

q. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

r. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras, além dos juros passivos incorridos sobre contratos comerciais e impostos.

s. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinações de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

t. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de mercado

Risco de liquidez

Risco de crédito

A Companhia apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 27– Instrumentos financeiros.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, bem como para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e equivalente de caixa (a)	8.685	674

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se a títulos em renda fixa representados por Certificados de Depósitos Bancários – CDBs ou fundos de investimento em renda fixa de alta liquidez, remuneradas a taxas que variam entre 85% e 100% (entre 102% e 102,2% em 2021) do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O aumento no montante de aplicações financeiras no exercício deve-se as captações de recursos por meio das Debentures conforme nota explicativa nº 15.

8 Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários	2022	2021
Aplicações financeiras - Trust DI (a)	-	40.045
Escrow Account – Itaú (b)	3.010	-
	3.010	40.045

- (a) Em 2021, a Companhia manteve seus investimentos junto ao Banco Itaú Unibanco S/A ,na modalidade de aplicação Trust – DI, com rentabilidade média de 5,03% a.a. Carteira composta por títulos públicos federais e títulos de crédito privado.
- (b) Em 2022, a Companhia manteve montante em conta garantia oferecido como lastro para operações realizadas entre a Empresa Positivo Informática S.A. e escolas parceiras da Plataforma CLOE. Esse valor representa 25% da exposição de crédito assumida pela empresa parceira ao fornecer *devices* aos alunos das escolas, movimento importante para o fomento da adoção da plataforma digital nas escolas.

Mapa de movimentação do saldo de títulos e valores mobiliários

	2022
Saldo inicial	40.045
Aplicação	3.010
Rendimentos	411
Resgate	(40.256)
Imposto (IRRF)	<u>(200)</u>
Total	<u>3.010</u>
	2021
Saldo inicial	76.480
Aplicação	98.100
Rendimentos	2.322
Resgate	(136.435)
Imposto (IRRF)	<u>(422)</u>
Total	<u>40.045</u>

9 Contas a receber de clientes

O saldo inclui parcelas a receber de clientes pessoa física e jurídica, substancialmente formado por mensalidades a receber de aulas presenciais do Ensino Infantil ao Ensino Fundamental (Camino School) e valores a receber nos termos dos contratos com as Parceiras CLOE. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo está assim representado:

	2022	2021
Contas a receber de alunos – Camino School	451	180
Contas a receber – Plataforma CLOE	<u>13.790</u>	<u>1.661</u>
	<u>14.241</u>	<u>1.841</u>
Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – Camino School	(127)	(76)
Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – Plataforma CLOE	<u>(13.209)</u>	<u>(1.260)</u>
	<u>(13.336)</u>	<u>(1.336)</u>
	<u>905</u>	<u>506</u>

A exposição da Companhia a risco de crédito e perdas por redução ao valor recuperável relacionada ao contas a receber de alunos pode ser assim apresentada:

Avaliação de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia utiliza para mensuração da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa o seguinte critério:

Contas a receber de alunos – Camino School

Para mensalidades devidas por parte de alunos da Camino School, são provisionados valores com vencimento superior a 365 dias, acrescidos de qualquer valor em aberto do mesmo credor mesmo que identificado nas demais faixas de vencimento (incluindo a vencer).

O saldo do contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme segue nos quadros abaixo:

Camino School	Saldo do contas a receber	Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	Saldo líquido
A vencer	20	(2)	18
Vencidos:			
1 a 30 dias	211	(6)	205
31 a 60 dias	26	(3)	23
61 a 90 dias	23	(3)	20
91 a 180 dias	39	(12)	27
Acima de 180 dias	81	(49)	32
Acima de 365 dias	<u>52</u>	<u>(52)</u>	<u>-</u>
Total	<u>451</u>	<u>(127)</u>	<u>324</u>

Contas a receber Plataforma CLOE

Para mensalidades devidas de Parceiros CLOE, são provisionados valores levando em consideração fatores contratuais (vide detalhamento das questões contratuais que impactaram na análise após o quadro abaixo) e títulos vencidos em prazo superior a 90 dias e, quando aplicável, acrescidos de qualquer valor em aberto do mesmo credor mesmo que identificado nas demais faixas de vencimento (incluindo a vencer).

A Companhia também avaliou a recuperabilidade de seus ativos de forma subsequente como parte da métrica de provisão, avaliando eventuais negociações ou movimentações contratuais com os clientes que pudessem gerar impacto na realização efetiva do recebível na data base das demonstrações financeiras, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Abaixo destacamos os conceitos que suportam a necessidade de provisionamento para cada grupo de clientes:

CLOE	Saldo do Contas a Receber	Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	Saldo Líquido
Segregação			
Rescisão	5.466	5.460	6
Perdão de Dívida	2.954	2.941	13
Congelado	2.504	2.504	-
Ativos	1.422	1.388	33
Em negociação	798	788	10
Pago 2023	500	-	500
Outros	146	127	19
Total	<u>13.790</u>	<u>13.209</u>	<u>581</u>
Total Geral	<u>14.241</u>	<u>13.336</u>	<u>905</u>

- **Rescisão:** Refere-se a contratos que encontram-se rescindidos e que a expectativa de recuperação é baixa
- **Perdão de dívida:** Clientes elegíveis a baixa em virtude de perdão de dívida ao cliente efetuado pela Companhia em negociações comerciais. Por tratar-se de ajuste de preço por negociações comerciais com os clientes, o montante foi considerado como redutor da receita líquida.
- **Congelado:** Clientes com contratos vigentes porém com serviços suspensos até que as partes decidam pela continuidade ou não da prestação dos serviços.
- **Ativos:** Clientes ativos na base de clientes atualmente que a avaliação de perdas baseia-se nas políticas atuais de provisão da Companhia.

- **Em negociação:** Clientes com contratos ativos e vigentes, porém que encontram-se em fase de negociação de débitos existentes ou revisão do escopo da prestação de serviços entre as partes. A avaliação de perdas baseia-se nas políticas atuais de provisão da Companhia.
- **Pago 2023:** Clientes que efetuaram o pagamento de seus débitos na avaliação subsequente dos recebimentos de 2023 e, conseqüentemente, não fazem parte da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa do exercício de 2022.

Movimentação da provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação de provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas por acordos contratuais no exercício estão representadas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(74)
Reversões de provisão no exercício	489
Complemento de provisão no exercício	(1.751)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.336)
<i>Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa</i>	
Reversões de provisão no exercício	420
Complemento de provisão no exercício	(9.478)
	(9.058)
<i>Perdas da receita CLOE por perdão de dívida</i>	
Complemento de provisão no exercício	(2.942)
	(2.942)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(13.336)

10 Adiantamentos

	2022	2021
Despesas pagas antecipadamente – Plataforma CLOE (a)	2.056	1.367
Outras despesas pagas antecipadamente	416	567
Adiantamentos diversos	-	504
Adiantamento a fornecedores	4	271
Adiantamento à funcionários	188	244
	2.664	2.953

- (a) Refere-se a despesas para celebração de novos contratos (Plataforma CLOE), que serão amortizados individualmente no tempo de vigência de cada contrato celebrado. Embora o prazo médio de contato seja de 3 anos, os controles serão mantidos individualmente bem como o reconhecimento em resultado.

11 Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
			2022	2021
Máquinas e Equipamentos	502	(63)	439	309
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.224	(2.101)	8.123	7.810
Computadores e Periféricos	2.773	(1.076)	1.697	1.964
Móveis e utensílios	1.638	(307)	1.331	1.258
Equipamentos de Comunicação	-	-	-	182
Acervo de Livros	171	(19)	153	87
Bens em poder de terceiros - Computadores e Periféricos	24.407	(5.042)	19.364	2.234
Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de bens em poder de terceiros (a)	(1.062)	-	(1.062)	-
Bens em poder de terceiros – Móveis	3.594	(539)	3.055	796
Imobilizado em Andamento	-	-	-	13.878
	42.247	(9.147)	33.100	28.518

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado está assim demonstrada:

	31/12/2021	Adições	Baixas	Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	Transferências	31/12/2022
Computadores e Periféricos	2.449	104	-	-	220	2.773
Equipamentos de Comunicação	220	-	-	-	(220)	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos	328	174	-	-	-	502
Móveis e utensílios	1.405	233	-	-	-	1.638
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8.880	1.344	-	-	-	10.224
Acervo de Livros	92	79	-	-	-	171
Bens em poder de terceiros - Computadores (b)	2.428	9.369	(1.268)	-	13.878	24.407
Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de bens em poder de terceiros (a)	-	-	-	(1.062)	-	(1.062)
Bens em poder de terceiros – Móveis (b)	813	2.781	-	-	-	3.594
Imobilizado em Andamento	13.878	-	-	-	(13.878)	-
Total custo	30.493	14.084	(1.268)	(1.062)	-	42.247
Computadores e Periféricos	(486)	(590)	-	-	-	(1.076)
Equipamentos de Comunicação	(38)	-	38	-	-	-
Máquinas e equipamentos	(19)	(44)	-	-	-	(63)
Móveis e utensílios	(147)	(160)	-	-	-	(307)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.070)	(1.031)	-	-	-	(2.101)
Bens em poder de terceiros - Computadores (b)	(193)	(5.102)	253	-	-	(5.042)
Bens em poder de terceiros – Móveis (b)	(16)	(523)	-	-	-	(539)
Acervo de Livros	(6)	(13)	-	-	-	(19)
Total depreciação	(1.975)	(7.463)	291	-	-	(9.147)
Saldo líquido imobilizado	28.518	6.621	(977)	(1.062)	-	33.100

- (a) Em 2023 foi realizada venda parcial de equipamentos (chromebooks) em poder de terceiros, no momento da venda a administração avaliou que o valor recuperável desses ativos era inferior ao seu valor residual contábil e prosseguiu com a constituição de provisão para perda ao valor recuperável desses ativos no exercício de 2022.
- (b) Refere-se à aquisição de dispositivos digitais, que serão alugados aos Parceiros CLOE (“CLOE Next”), cujos contratos se iniciaram em 2022, mesma ocasião em que se iniciou a amortização destes ativos.

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
Computadores e Periféricos	1.016	1.433	-	-	2.449
Equipamentos de Comunicação	73	147	-	-	220
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	223	-	105	328
Móveis e utensílios	424	1.016	(35)	-	1.405
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.609	3.771	-	500	8.880
Acervo de Livros	20	72	-	-	92
Bens em poder de terceiros - Computadores	-	2.428	-	-	2.428
Bens em poder de terceiros – Móveis	-	813	-	-	813
Imobilizado em Andamento	605	13.878	-	(605)	13.878
Total custo	6.747	23.781	(35)	-	30.493
Computadores e Periféricos	(102)	(384)	-	-	(486)
Equipamentos de Comunicação	(9)	(29)	-	-	(38)
Máquinas e equipamentos	-	(19)	-	-	(19)
Móveis e utensílios	(39)	(108)	-	-	(147)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(324)	(746)	-	-	(1.070)
Bens em poder de terceiros - Computadores	-	(193)	-	-	(193)
Bens em poder de terceiros – Móveis	-	(16)	-	-	(16)
Acervo de Livros	(1)	(5)	-	-	(6)
Total depreciação	(475)	(1.500)	-	-	(1.975)
Saldo líquido imobilizado	6.272	(22.281)	-	-	28.518

12 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia possui contratos de aluguel (arrendamento operacional) para imóveis, com prazos de 7 a 10 anos e opção de renovação. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil.

Os arrendamentos especificados na norma foram registrados como ativo direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do ativo e passivo, bem como uma despesa mensal de amortização deste bem, juntamente com a despesa de juros.

A taxa média ponderada de empréstimo incremental da Companhia aplicada a cada contrato de arrendamento foi de aproximadamente 8,70% a.a.

A depreciação dos ativos de direito de uso é calculada de acordo com o prazo do contrato de aluguel (arrendamento operacional) variando de 7 a 10 anos de acordo com o caso.

a. Ativo de direito de uso

A composição e movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

Ativo - direito de uso	Saldo final em 31/12/2021	Adições	Remensuração/ Outros	Saldo final em 31/12/2022
Imóveis	8.216	1.428	4.103	13.747
Custo direito de uso	8.216	1.428	4.103	13.747
Depreciação direito de uso	(1.695)	(2.328)	637	(3.386)
Direito de uso	6.521	(900)	4.740	10.361

Ativo – direito de uso	Saldo inicial em 31/12/2020	Adições	Remensuração	Saldo final em 31/12/2021
Imóveis	7.869	-	347	8.216
Custo direito de uso	7.869	-	347	8.216
Depreciação direito de uso	(847)	(828)	(20)	(1.695)
Direito de uso	7.023	(828)	327	6.521

b. Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de arrendamento mercantil são demonstrados a seguir:

Passivo – arrendamento a pagar

Saldo final em 31/12/2020	7.626
Adições de novos contratos	-
Remensuração/outros	327
Amortização do principal e juros (pagamentos)	(1.384)
Apropriação de juros (a)	633
Saldo final em 31/12/2021	7.202
Adições de novos contratos	1.428
Remensuração/outros	4.740
Amortização do principal e juros (pagamentos)	(2.227)
Apropriação de juros (a)	899
Saldo final em 31/12/2022	12.042
Circulante	1.321
Não circulante	10.721

- (c) Juros são contabilizados no resultado na rubrica de “Despesas financeiras”; é utilizada taxa de desconto única, considerando a média de captação de recursos no mercado.

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados abaixo:

	31/12/2022
Entre 2 e 5 anos	6.785
Mais de 5 anos	3.936
Total	10.721
	31/12/2021
Entre 2 e 5 anos	4.346
Mais de 5 anos	1.945
Total	6.291

(iii) **Opções de prorrogação**

Alguns arrendamentos de imóveis contêm opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pelo Grupo e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções, se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

13 Intangível

	Custo	Amortização acumulada	Saldo Líquido	
			2022	2021
Plataforma CLOE - Tecnologia	16.265	(5.949)	10.316	7.766
Plataforma CLOE - Conteúdo	15.010	(6.296)	8.714	10.088
	31.275	(12.245)	19.030	17.854

A movimentação do intangível pode ser assim demonstrada:

	31/12/2021	Adições (c)	31/12/2022
Plataforma CLOE- Tecnologia (a)	11.466	4.799	16.265
Plataforma CLOE- Conteúdo (b)	11.247	3.763	15.010
Total custo	22.713	8.562	31.275
Plataforma CLOE- Tecnologia	(3.700)	(2.249)	(5.949)
Plataforma CLOE- Conteúdo	(1.159)	(5.137)	(6.296)
Total amortização	(4.859)	(7.386)	(12.245)
Saldo total	17.854	1.176	19.030
	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Plataforma CLOE- Tecnologia (a)	6.976	4.490	11.466
Plataforma CLOE- Conteúdo (b)	-	11.247	11.247
Total custo	6.976	15.737	22.713
Plataforma CLOE- Tecnologia	(1.084)	(2.616)	(3.700)
Plataforma CLOE- Conteúdo	-	(1.159)	(1.159)
Total amortização	(1.084)	(3.775)	(4.859)
Saldo total	5.892	11.962	17.854

- (a) Refere-se aos gastos com desenvolvedores de funcionalidades e tecnologias aplicadas à Plataforma CLOE.
- (b) Refere-se aos gastos com desenvolvedores de conteúdos educacionais diversos que compõem a biblioteca da Plataforma CLOE.

- (c) A Companhia está em seu quarto ano de operações, ou terceiro de atuação de fato no mercado e ainda em um cenário de plena aceleração, adaptação e desenvolvimento de seu produto, mercado e modelo de negócios. A proposta diferenciada da Camino implica em uma mudança conceitual nos modelos de ensino adotados comumente no Brasil hoje, tornando a aprendizagem ativa, ou seja, com mais participação e interação do aluno durante o processo, mais interessante, interativa e contextualizada para o aluno se valendo de expedições de aprendizado, artigos, almanaques e guias, cursos de formação e instruções para os professores e, por esse contexto disruptivo, demanda esforços significantes de desenvolvimento tanto do ponto de vista de produto (novas funcionalidades, experiência de usuário, agilidade, navegabilidade e interface) como do ponto de vista de conteúdo (conteúdos atuais, que observem o contexto e cenário do dia a dia do aluno, professor, pais e comunidade), como do ponto de vista de mercado, adaptando-se as necessidades, movimentos, tendências e realidades dos consumidores e parceiros.

Especificamente as adições ocorridas em 2022 no montante de R\$ 8.562, referem-se substancialmente a desenvolvimento de tecnologia e conteúdo para nova versão da Plataforma CLOE, novos conteúdos voltados ao ensino médio, ensino infantil bilíngue, implementação do modelo de “expedições” aos conteúdos, entre outros

14 Fornecedores

	2022	2021
Serviços de terceiros (a)	3.564	2.353
Aquisição de equipamentos (b)	-	5.478
Viagens e representações (c)	6	1.032
Provisões para despesa comercial	-	623
Diversos	519	544
	4.089	10.030

- (a) Referem-se a contratação de serviços contábeis, assessoria e produção de conteúdo, gastos com eventos, locação de espaços e aluguéis.
- (b) Saldo a pagar em 2021 ref. a aquisição de dispositivos digitais para a operação CLOE Next, com pagamento realizado em janeiro de 2022.
- (c) Trata-se de viagens para representações do departamento comercial que tiveram redução de volume, baseada na redução de estrutura e política de redução de custos operacionais através da mudança na abordagem de clientes.

15 Empréstimos e debêntures

a. Empréstimos

Os empréstimos decorrem, basicamente, da utilização para capital de giro, conforme demonstramos a seguir:

	Moeda	Taxa a.a.	Vencimento	Finalidade	2022	2021
Moeda Estrangeira						
Empréstimos (a)	USD	6,23%	11/2023	Funding CLOE Next	1.064	1.612
Moeda Nacional						
Debêntures (b)	BRL	26,08%	12/2023	Funding CLOE Next	10.165	-
Passivo circulante					11.769	1.612
Moeda Estrangeira						
Empréstimos (a)	USD	6,23%	10/2026	Funding CLOE Next	4.813	6.417
Passivo não circulante					4.813	6.417
					16.582	8.029

b. Movimentação dos empréstimos:

Tipo de Moeda Produto	Instituição	Saldo inicial	Captações	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Apropriação de juros e variação cambial	Saldo Final
Moeda Estrangeira (USD) Empréstimo com NDF (b.1)	Itaú Unibanco S.A.	8.029	-	(1.604)	(625)	617	6.417
Moeda Nacional Capital de Giro	Itaú Unibanco S.A.	-	10.000	(10.000)	(320)	320	-
Moeda Nacional (USD) Debêntures	Milênio Warehouse Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	-	9.500	-	-	665	10.165
Total		8.029	19.500	(11.604)	(945)	1.602	16.582
						Passivo circulante	11.769
						Passivo não circulante	4.813

(b.1) Os contratos de NDF foram realizados com o objetivo de minimizar o risco de variação cambial atrelado ao empréstimo em moeda estrangeira, sendo liquidado juntamente com ele no primeiro semestre de 2023.

	Saldo em 31/12/2020	Captação	Juros e variações cambiais, líquidas, incorridos	Saldo em 31/12/2021
<i>Circulante</i>				
Em moeda estrangeira	-	1.604	8	1.612
	-	1.604	8	1.612
<i>Não circulante</i>				
Em moeda estrangeira	-	6.417	-	6.417
	-	6.417	-	6.417
Total	-	8.021	8	8.029

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui contratos de empréstimos com cláusulas de “covenants” ou garantias.

O saldo dos empréstimos classificados como passivo não circulante tem o seguinte prazo de vencimento:

	31/12/2022
2024	1.203
2025	1.604
2026	2.005
	4.813

C. Debêntures

Em 23 de setembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 9.500 (nove mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), perfazendo, na data da emissão, o montante total de R\$ 9.500 para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

Composição das debêntures:

Emissão	Série	Data de aprovação	Quantidade	Valor captado	Prazo	Remuneração	Amort. principal
							04/2023 ; 05/2023
							06/2023 ; 07/2023
							08/2023 ; 09/2023
							10/2023 ; 11/2023
1ª	Única	23/09/2022	9.500	R\$ 9.500	1 ano	26,08%	12/2023

Movimentação do saldo a pagar:

Emissão de debêntures não conversíveis	9.500
Juros remuneratórios	<u>665</u>
Saldo em 31/12/2022:	<u><u>10.165</u></u>
Circulante	10.165
Não circulante	-

As parcelas têm vencimento como segue:

	Principal	Custos de operação	Valor final
2023	<u>9.500</u>	<u>1.271</u>	<u>10.771</u>

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures serão integralmente utilizados para a estruturação do projeto CLOE que inclui o contínuo desenvolvimento do software, até as ações de vendas e demais custos relacionados as estratégias do negócio e o fortalecimento do caixa para a operação e a sustentabilidade do negócio.

Garantias

As Debêntures possuem termos de garantia, sendo que a garantia da operação são os próprios recebíveis da Camino School, com índice de cobertura acima de 125%, em 31 de dezembro de 2022 estamos adimplentes com os termos.

Covenants financeiros e não financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui contratos de Debêntures com cláusulas de “covenants”.

16 Obrigações sociais e trabalhistas

	2022	2021
Provisão de férias e encargos	2.266	3.490
Salários a pagar	-	2.566
INSS a recolher (a)	644	3.043
IRRF a recolher	452	1.232
FGTS a recolher	-	354
	<u>3.362</u>	<u>10.685</u>

A variação relevante nas rubricas tem como principal justificativa as diminuições de quadro que ocorreram durante o exercício de 2022, em virtude do momento da Companhia e considerando a liquidação das obrigações trabalhistas dentro do exercício, diferente do ocorrido em 2021.

- (a) Em 2021, parte substancial nesta rubrica referia-se à provisão constituída no valor de R\$ 1.908 para pagamento de Fundo da Previdência e Assistência Social (FPAS) sobre folha de pagamento conforme nova interpretação das alíquotas devidas, na qual firmou-se em Setembro de 2022 acordo para pagamento parcelado deste débito, vide nota explicativa nº 17.1.

17 Provisão para contingências e para riscos fiscais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía processos ou questionamento de natureza cível, trabalhista e tributária, classificado por seus assessores jurídicos como risco de perda provável que possam vir a requerer a constituição de provisão para contingências na data-base.

Riscos avaliados como perdas possíveis

Os valores das contingências de natureza cível consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia são de R\$ 389 (R\$ 116 de natureza cível em 2021) e não estão provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

17.1 Acordos a pagar

	2022	2021
Acordos a pagar	1.449	145
Circulante	414	38
Não circulante	1.035	107

Refere-se substancialmente à acordo constituído para pagamento de Fundo da Previdência e Assistência Social (FPAS) sobre folha de pagamento conforme nova interpretação das alíquotas devidas no valor de R\$ 1.403. O acordo foi firmado em 26 de setembro de 2022 pelo montante de R\$ 1.999 com cronograma de pagamento em 60 parcelas.

18 Partes relacionadas

a. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, inclui salários, pró-labore, benefícios, encargos e bônus no valor de R\$ 2.772 (R\$ 2.435 em 2021), os quais estão contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações de resultados.

b. Transações e saldos com partes relacionadas

Em 2022 e 2021, não houve transações entre partes relacionadas.

c. Controlador e controlador final

Em 31 de dezembro de 2022, o controlador direto da Companhia é a Camino Education LLC (Delaware), que é detida pela Camino Education Corp. (Delaware) e pela Camino Education Ltd., que é a entidade holding da Companhia e de suas empresas relacionadas.

19 Plano de pagamento baseado em Restrict Stock Units (RSU)

Em Julho de 2019, a Controladora estabeleceu um programa de participação com base em ações restritas (Restricted Stock Units) de emissão da Controladora a indivíduos com quem a Controladora e/ou a Companhia mantém relação profissional. De acordo com este programa, o conselho de administração da Controladora poderá autorizar a emissão de ações restritas (restricted stock units) da Controladora para distribuição, até o limite de 3,6% do capital subscrito e integralizado da Controladora. O programa é evidenciado por contrato celebrado entre a Controlador e o indivíduo beneficiário, segundo o qual, o indivíduo adquire, em 4 tranches anuais de 25%, o direito de receber as ações de emissão da Controladora, mediante a ocorrência do evento de liquidez da Controladora, tais como abertura de capital e/ou alienação de controle da Controladora, sob o qual, neste momento, não existe materialidade, previsibilidade ou prospecção.

Vale ainda ressaltar que até o momento não ocorreu nenhuma distribuição de ações da Companhia em função desse programa, bem como não existe nenhum evento de liquidez esperado, pensado ou programado num horizonte de tempo previsível. No caso daqueles que participaram do programa e deixaram a Companhia durante o exercício de 2022, mantiveram seus direitos a RSUs proporcional ao período que permaneceram, conforme previsto em seus respectivos acordos. Ainda assim, nenhum deles recebeu ação, papel ou parte da Companhia, o que somente ocorrerá quando houver algum dos eventos de liquidez citados.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 160.458 (R\$ 95.162 em 2021), totalmente subscrito e integralizado, representado por 160.458 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Abaixo demonstramos a movimentação do capital social ocorrida:

	Em ações	Capital Social (em R\$ mil)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	42.232	42.232
Aumento de capital conforme AGE realizada em 30/09/2021	52.930	52.930
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	95.162	95.162
Aumento de capital conforme AGEs realizadas ao longo de 2022	65.296	65.296
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	160.458	160.458

Em 2022, houve o aumento do capital em R\$ 65.296, mediante a emissão de 65.296 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 por ação, ações totalmente subscritas e integralizadas pela acionista da Companhia, Camino Education LLC, com ingresso de recursos.

Em 31 de dezembro de 2022 o quadro acionário da Companhia era:

Controladora	Controlada	Quantidade de ações ordinárias	Participação %
Camino Education LLC (Delaware)	Camino Education Corp. Brasil S.A.	160.458	100,00%

b. Reserva de capital

A reserva de capital foi constituída com valores recebidos pela Companhia e que não transitaram pelo seu resultado, por não se referirem a contraprestação à prestação de serviços, licenciamento ou disponibilização de material pedagógico. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos.

21 Receita de prestação de serviços

	2022	2021
Prestação de serviços educacionais - Camino School	17.071	10.522
Licença de Software - Plataforma CLOE	13.618	1.683
Disponibilização de Material Didático e Pedagógico digital	14.981	2.676
Locação de Equipamentos	6.581	-
Outras receitas Camino School	-	212
Receita bruta	52.251	15.095
Descontos concedidos e perdão de dívida	(9.572)	(507)
Impostos sobre receita	(5.023)	(1.148)
Patrocínio	(1.465)	-
Deduções	(16.060)	(1.655)
Receita líquida, total	36.191	13.439

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC47
Prestação de serviços educacionais – Camino School	O cliente obtém o controle das receitas com mensalidades de ensino no momento da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização	As receitas são reconhecidas ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados. O preço das mensalidades são individuais por cursos, determinado com base nos preços de tabela que a Companhia vende seus serviços. As mensalidades recebidas antecipadamente são reconhecidas como receitas antecipadas, no passivo circulante, as mensalidades de períodos subsequentes recebidas antecipadamente pela Companhia no exercício social em curso e que serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.
Licença de software (Plataforma CLOE)	A partir do início do ano letivo, o cliente é faturado mensalmente de acordo com o número de alunos contratados para utilização da plataforma. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização	A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. As receitas sob licenças de software à escola são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência.
Disponibilização de material didático e Pedagógico digital	A partir do início do ano letivo, o cliente é faturado de acordo com o número de alunos contratados para utilização da plataforma. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização	A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. As receitas sob disponibilização material didático digital à escola são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência.
Locação de equipamentos	A partir do momento em que é firmado contrato de locação de device e o cliente recebe os equipamentos passa-se a ser cobrado o aluguel dos equipamentos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.	A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. As receitas sob locação de equipamentos à escola são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência.

22 Custos dos serviços prestados

	2022	2021
Depreciação e amortização	(13.867)	(4.554)
Pessoal e benefícios	(13.117)	(8.703)
Custo de manutenção - Plataforma CLOE	(5.994)	(2.844)
Serviços de instrução pedagógica (a)	(5.194)	(723)
Depreciação - Direito de uso	(2.328)	(642)
Licença e manutenção de softwares	(1.267)	(398)
Locação de equipamentos	(805)	(679)
Outros custos	(1.601)	(507)
	(44.173)	(19.050)

- (a) Com a finalização da expansão física da Camino School e com a finalidade de comportar todos os seguimentos da educação básica infantil, fundamental I, fundamental II, houve um aumento nesta rubrica, uma vez que na prestação dos serviços pela escola são gerados custos operacionais ligados ao negócio.

23 Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Pessoal e benefícios	(7.098)	(11.486)
Serviços prestados – PJ	(3.316)	(4.021)
Licença e manutenção de softwares	(831)	(2.357)
Materiais diversos	(737)	(955)
Depreciação e amortização	(730)	(922)
Transportes, estacionamento e refeições	(617)	(47)
Tributos, taxas e despesas legais	(497)	(805)
Eventos	(134)	(235)
Locação de equipamentos e veículos	(81)	(61)
Aluguel de salas comerciais	(58)	(85)
Outras despesas	(568)	(1.225)
	(14.667)	(22.199)

24 Despesas comerciais

	2022	2021
Pessoal e benefícios	(30.510)	(29.534)
Viagens e representações	(11.870)	(11.244)
Publicidade e propaganda	(5.792)	(11.029)
Consultoria de marketing	(1.496)	(365)
Outros	(589)	(612)
	(50.257)	(52.784)

25 Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita com rendimentos de títulos e valores mobiliários	411	2.322
Outras receitas financeiras	343	207
	754	2.529
Despesas financeiras		
Instrumentos financeiros derivativos	(1.973)	-
Juros s/ Conta garantida (a)	(1.017)	-
Juros s/ passivo de arrendamento	(899)	(633)
Juros s/ Debêntures Milênio	(665)	-
Juros s/ Empréstimos em moeda estrangeira	(617)	-
IOF	(922)	(252)
Juros s/ Capital de giro	(320)	-
Despesas bancárias	(291)	-
Outras despesas financeiras	(258)	(308)
	(6.962)	(1.194)
	(6.208)	1.335

- (a) Em decorrência da necessidade de caixa pontual a instituição recorreu ao longo de 2022 ao uso da conta corrente garantida (cheque especial) para manutenção do fluxo de caixa operacional. Em 2021 não houve necessidade de utilização dessa linha de crédito.

26 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

27 Instrumentos financeiros

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: (a) risco de mercado; (b) risco de liquidez; (c) risco de crédito; (d) risco de taxas de câmbio.

A Companhia gerencia os riscos aos quais está exposta através da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação do risco.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia.

Gerenciamento dos riscos financeiros

a. *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia, no valor de suas aplicações financeiras ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos remunerados por juros da Companhia era o seguinte:

Instrumentos de taxa variável	2022	2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	8.685	674
Títulos e valores mobiliários	3.010	40.045
Total	11.696	40.719
Passivos Financeiros		
Empréstimos	6.417	8.029
Debêntures	10.165	-
Total	16.582	8.029

b. *Risco de liquidez*

O risco de liquidez se configura a partir de potenciais dificuldades que a Companhia possa vir a enfrentar com relação ao cumprimento de obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O quadro a seguir analisa o passivo e instrumentos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados no quadro a seguir são os fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, podem não ser conciliados com os valores contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Valor a desembolsar	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Arrendamento mercantil	12.042	12.042	1.321	2.284	8.437
Fornecedores	4.089	4.089	4.089	-	-
Empréstimos	6.417	7.545	2.040	1.957	3.548
Debentures Milênio	10.165	11.821	11.821	-	-
Instrumentos Derivativos	1.973	2.681	333	544	1.804

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.685	674
Contas a receber	9	905	1.842
Títulos e valores mobiliários	8	3.010	40.045
Outros créditos	10	3.085	420
		15.685	42.980

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia está sujeita a riscos de crédito relacionados a operações que mantém em instituições financeiras representados por depósitos bancários e aplicações financeiras. A Administração considera este risco baixo, pois as operações são realizadas em bancos de primeira linha e existem políticas de tesouraria com limites específicos de alocação de recursos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” no montante de R\$ 8.685. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras de primeira linha.

(ii) Contas a receber

A Companhia tem políticas de provisão de acordo com suas linhas de negócio:

- (a) Para mensalidades devidas por parte de alunos da Camino School, são provisionados valores com vencimento superior a 365 dias, acrescidos de qualquer valor em aberto do mesmo credor mesmo que identificado nas demais faixas de vencimento (incluindo a vencer).
- (b) Para mensalidades devidas de Parceiros CLOE, são provisionados levando em conta fatores contratuais e vencimento superior a 90 dias quando aplicável, acrescidos de qualquer valor em aberto do mesmo credor mesmo que identificado nas demais faixas de vencimento (incluindo a vencer). A Companhia também avaliou a recuperabilidade de seus ativos de forma subsequente com parte da métrica de provisão, avaliando eventuais negociações ou movimentações contratuais com os clientes que pudessem gerar impacto na realização efetiva do recebível na data base das demonstrações financeiras.

O saldo provisionado em 2022 é de R\$ 13.335 que corresponde a 93,64% do saldo total de contas a receber para fazer face ao risco de crédito.

(iii) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha saldo de Títulos de valores mobiliários no montante de R\$ 3.010, com a intenção de uso na operação. A Administração considera este risco baixo, pois as operações são mantidas em instituições financeiras de primeira linha.³

d. Risco de taxas de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou em 31 de dezembro de 2022 com cotação no exercício em relação ao Real de aproximadamente 5,2533 (1,02% de desvalorização no mesmo período de 2020). As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles e monitorar riscos e aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

“Instrumentos financeiros derivativos - NDF”

A Companhia captou recursos no exterior para financiamento das operações da CLOE Next, no ano de 2022. Com o intuito de fixar sua exposição cambial e atender às exigências das instituições financeiras brasileiras intermediadoras das operações acima, a Companhia contratou operações de NDF.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de derivativos para proteção na oscilação de taxa de câmbio para todos os contratos em aberto de empréstimos em moeda estrangeira para financiamento das operações da CLOE Next.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de variação cambial da Companhia era:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos em moeda estrangeira	6.417	8.029
Exposição líquida do balanço patrimonial	6.417	8.029
Contratos de derivativos	(6.417)	(8.029)
Exposição líquida	-	-

Os contratos de NDF foram realizados com o objetivo de minimizar o risco de variação cambial atrelado ao empréstimo em moeda estrangeira, sendo liquidado juntamente com ele no primeiro semestre de 2023. Em decorrência desta transação, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava exposição líquida a pagar zerada em risco de variação cambial.

	2022	
	Valor Futuro	Valor Justo
Non deliverable forward (NDF)		
Posição Passiva		
Dólar	2.681	1.973

Classificação contábil e valores justos

Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Companhia esteja próximo aos seus valores contábeis.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil e Valor Justo			
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Caixa e equivalente de caixa	8.685	-	-	8.685
Títulos de valores mobiliários	3.010	-	-	3.010
Contas a receber de clientes e alunos	-	905	-	905
Outros créditos	-	421	-	421
	11.695	1.326	-	13.201
Fornecedores	-	4.089	-	4.089
Empréstimos	-	16.582	-	16.582
Instrumentos financeiros derivativos	1.973	-	-	1.973
Adiantamento de clientes	-	2.537	-	2.537
	13.668	24.534	-	38.202
				Valor contábil e Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Caixa e equivalente de caixa	674	-	-	674
Títulos de valores mobiliários	40.045	-	-	40.045
Contas a receber de clientes e alunos	-	1.842	-	1.842
Outros créditos	-	420	-	420
	40.719	2.262	-	42.981
Fornecedores	-	9.033	-	9.033
Empréstimos	-	8.029	-	8.029
Adiantamento de clients	-	1.288	-	1.288
	40.719	20.612	-	61.331

As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, classificadas como valor justo por meio do resultado, são classificadas na categoria nível 2.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia o não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datases.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

29 Eventos subsequentes

Captação de linha de crédito

Em 10 de fevereiro de 2023, a Companhia obteve empréstimos no montante de R\$ 2.000 com o Banco Itau, carência inicial, custo efetivo de 20,6% a.a e vencimento acordado em 28 de janeiro de 2027.

Em 9 de março de 2023, a Companhia teve acesso a uma linha de *venture debt* no montante de R\$ 7.500 com a Naia Zetta Venture Debt Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios, com garantia em nossos recebíveis, carência inicial e termos alinhados às condições de mercado. O custo efetivo total da operação é de taxa DI mais 9,50% ao ano e seu vencimento acordado é 5 de março de 2027.

Em 24 de maio de 2023, a Companhia obteve empréstimos no montante de R\$ 3.000 com o Banco Itau, carência inicial, custo efetivo de 20,1% a.a e vencimento acordado em 28 de maio de 2027.

Captação de recursos Series B

Em 28 de abril de 2023 foi assinado *term sheet* para nova rodada de Series B de captação no montante de USD 5.000 liderada pelo Kaszek Venture. Os recursos já foram creditados na conta corrente da Companhia em 2 de junho de 2023 totalizando R\$ 24.117, e visam fortalecer operação nesse período voltado à sustentabilidade e crescimento orgânico dos negócios.

Captação de recursos com partes relacionadas

A Companhia também obteve durante o exercício de 2023, R\$ 5,8 milhões de empréstimos de mútuo com a parte relacionada Associação Camino Education Institute, com taxa de 100% do CDI e com vencimento ao final de 2023, ou postergado em comum acordo entre as partes. Esta parte relacionada obteve recursos por meio empréstimos de capital de giro, junto ao Banco Itau com vencimento em maio de 2027 e carência até dezembro de 2023.

* * *

Fernando Shayer
Diretor-Presidente

Fábio Comitre
Contador – CRC 1SP308888/O-1